

Desejos de modernidade

Modernismo sem modernização do Exército Brasileiro (1918-1920)

Thiago Tremonte de Lemos¹

“A América Latina teve um modernismo exuberante e uma modernização deficiente”. Abre-se, assim, o capítulo “Contradições latino-americanas: modernismo sem modernização?” do livro *Culturas Híbridas* do antropólogo argentino Néstor García Canclini. Por ocasião da edição de 2001 de *Culturas Híbridas* (a primeira é de 1989), Canclini redigiu um texto de introdução visando não apenas recuperar a discussão, a adoção e a crítica acadêmicas ocorridas no período de pouco mais de 10 anos entre a primeira edição e aquela de 2001, mas, sobretudo, reforçar sua convicção na teoria que desenvolvera. Sentiu-se obrigado a esclarecer algumas de suas posições provenientes da conceituação da noção de “processos de hibridação”. E, também, destacou a atual pertinência de se pensar em composições culturais distintas e envolvidas em relações de poder para se compreender a singularidade de determinados quadros sócio-culturais, bem como perceber as forças políticas e econômicas e os papéis que desempenham no contexto de formação das identidades e diferenças culturais de sociedades historicamente colonizadas que, mesmo ao alcançarem sua autonomia política, de alguma forma mantiveram-se dependentes (econômica ou “culturalmente” falando). Um de seus objetivos foi desconstruir visões estereotipadas e sedimentadas de transposições mecânicas de modelos culturais europeus para as ex-colônias, entre elas, as latino-americanas (utiliza o termo “transplante” ao se referir às análises que reduzem, por exemplo, a modernidade latino-americana a uma cópia imperfeita, ou mesmo mal-acabada da modernidade europeia).

Em um trecho da introdução de 2001, descreveu o que entendia por processos de hibridação de maneira categórica, pelo menos como uma primeira definição a fim de dirimir algumas interpretações açodadas que poderiam ser feitas. Segundo o antropólogo argentino, “... hibridação [são] processos sócio-culturais nos quais estruturas ou práticas discretas que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas não podem ser consideradas fontes puras” (CANCLINI, 2008: XIX). Ao fim dessa

¹ Professor Assistente da Universidade de Brasília. Doutorando (desde 2010) e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2003).

introdução, ressaltou as metas que pretendia alcançar com a obra, revelando que, teoricamente, defendia uma visão mais móvel e menos limitada dos processos históricos de formação das diferentes culturas contemporâneas.

No que concerne especificamente ao capítulo sobre as contradições latino-americanas, onde apontou para um processo histórico assimétrico entre a formação de uma elite intelectual e artística moderna e o atraso do desenvolvimento sócio-econômico das condições materiais de existência, Canclini extraiu da noção de “modernidade” dois outros conceitos não necessariamente complementares: “modernismo” e “modernização”². Pelo primeiro, acreditava-se tratar da formação cultural de diversos grupos humanos (ocidentais ou não) que adotaram os valores filosóficos e estéticos do projeto iluminista e das transformações históricas ocorridas mais intensamente ao longo do século XIX e manifestaram a absorção destes elementos não somente na tentativa de reproduzi-los tais quais foram concebidos pelas vanguardas artísticas e acadêmicas (europeias, em um primeiro momento e também estadunidenses, posteriormente), mas sim, em sua ressignificação, contextualizados na realidade local dos diferentes sujeitos que os incorporaram: “... em nenhuma dessas sociedades [latino-americanas] o modernismo foi a adoção mimética de modelos importados, nem a busca de soluções meramente formais” (CANCLINI, 2008: 83). Pelo segundo conceito, pode-se depreender que, com o advento de novas técnicas de produção, a formação de novas classes sociais e a ampliação da quantidade de mercadorias em circulação, as relações políticas, econômicas e jurídicas entre os diversos agrupamentos humanos seriam transformadas e mediadas em novas conjunturas e dinâmicas sociais. Em suma, poderia entender-se por modernização um conceito que significa “progresso” no sentido material dado ao mesmo. Sendo assim, desenvolveram-se na América Latina, apesar do tímido avanço econômico (com exceção de Buenos Aires, talvez), entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, elites intelectuais e artísticas, muitas vezes provenientes das antigas oligarquias que mantinham seus privilégios políticos e econômicos na perpetuação de um quadro social não muito diferente do período

² A dicotomia também pode ser encontrada em textos anteriores ao de Canclini, como no artigo de Perry Anderson “Modernity and Revolution” (in *New Left Review*, n. 144, mar/abr. 1984) e no livro de Marshall Berman *All that solid melts into air*: “Current thinking about modernity is broken into two different compartments, hermetically sealed off from one another: ‘modernization’ in economics and politics, ‘modernism’ in art, culture and sensibility” (BERMAN, 1988: 88).

colonial, ou seja, não se modernizavam, ainda que muitos membros das classes elevadas defendessem valores aparentemente contraditórios ao seu modo de vida³.

Contudo, Canclini não se limitou a apontar tais fenômenos; debruçou-se sobre o processo histórico de hibridação da formação do modernismo cultural latino-americano, como expressão das singularidades artísticas locais (os modernismos brasileiro, mexicano, argentino etc.) e também sobre o desenvolvimento social e econômico da região com o crescimento da indústria cultural, a partir da segunda metade do século XX e a absorção de camadas populares nesse universo desde seu ingresso no âmbito do consumo capitalista. A assimetria não foi superada, nem mesmo é possível dizer que as estruturas sociais arcaicas de poder desapareceram, todavia, diluíram-se criando novas formas de relação entre os diferentes grupos econômicos.

A categorização é profícua, ainda que voltada a um assunto aparentemente “cultural”. O que se pode, entretanto, fazer no sentido de ampliá-la é concebê-la, acima de tudo, não como um modo específico de análise da cultura, tomando esta apenas como uma noção convencional e reflexa do senso comum e que se remeteria a um conjunto de valores exclusivos e sedimentados de um determinado grupo humano. Mesmo se o sentido de cultura fosse apenas isso, não seria limitado a ponto de não servir para outras abordagens. Pois, doravante apropriar-se-á da proposição teórica de Canclini a fim de refletir, por que não, as instituições políticas. Pode-se incorrer no equívoco de entender a priori que todas as instituições políticas tiveram historicamente a função de conservação do *status quo* – o que é verdade em teoria, mas não segundo os acontecimentos. O Exército brasileiro, por exemplo, atuou como força de transformação em diversos momentos da história republicana brasileira e desejava, ao longo das décadas de 1910 e 1920, constituir-se como motor das mudanças das condições reais de existência do país, lutando por seu progresso rumo à modernidade. Todavia, não conseguiu romper com a permanente presença das forças oligárquicas e a manutenção das relações arcaicas de poder, tampouco com a dependência da economia industrializada de Europa e Estados Unidos da América, perpetuando, portanto, a relação “metrópole-colônia”.

³ “Se o modernismo não é a expressão da modernização sócio-econômica mas *o modo como as elites se encarregam da intersecção de diferentes temporalidades históricas e tratam de elaborar com elas um projeto global*, quais são essas temporalidades na América Latina e que contradições seu cruzamento gera? Em que sentido essas contradições entorpeceram a realização dos projetos emancipador, expansionista, renovador e democratizador da modernidade?” (CANCLINI, 2008: 73).

A adoção dessa dicotomia – modernismo e modernização, uma vez que há no interior da modernidade esta possível separação –, para a análise do desenvolvimento do Exército brasileiro, pretende trazer alguma novidade na discussão acerca da História política latino-americana e no debate sobre a modernização do Exército. Entretanto, isto não pode ocorrer de maneira mecânica sem delinear a singularidade dos objetos a serem analisados, uma vez que a ideia de “modernismo” era aplicada, até então, aos movimentos estéticos e “modernização” aos processos de transformação política e econômica. Entende-se aqui, portanto, “modernismo” como o desenvolvimento de uma nova mentalidade, aberta ao futuro que busca romper com a tradição, mas não esquece os signos identitários que lhe dão sentido: o povo, os valores, a língua, o território e as heranças das culturas que formaram este ou aquele grupo humano. Em suma, é possível haver uma mentalidade modernista em uma sociedade ou em uma instituição não modernizada: modernismo sem modernização.

Dentre os eventos debatidos acerca dos processos modernizadores do Exército Brasileiro, como as reformas no ensino militar de 1905, 1908, 1913, 1918 e 1919⁴, encontra-se a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução entre as décadas de 1920 e 1930⁵. A influência francesa na América Latina, segundo Denis Rolland, encontra seu momento de crise até a primeira metade do século XX (ROLLAND, 2005: 18 e 25), sendo substituída gradualmente pela presença hegemônica estadunidense. Durante esse processo, interpretado por Rolland, como “crise do modelo francês”, entretanto, destacou-se exatamente a presença francesa na transformação modernizante do Exército brasileiro, tanto no que se refere à doutrina militar, à organização da instituição, à profissionalização, à racionalização e também à aquisição de equipamentos provenientes das indústrias francesas. Em suma, à Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército, coube a tarefa de levá-lo ao patamar de instituição moderna durante os quase vinte anos de sua atuação. Compete, portanto, analisar tanto a demanda brasileira por esse processo, quanto ao estado de coisas pertinentes ao Exército Brasileiro antes da chegada dos franceses.

⁴ O livro de Jehovah Motta, *A formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*, traz um excelente retrato das reformas (2001).

⁵ “... après 1930... l’armée brésilienne était déjà une armée modernisée; les officiers formaient un corps plus homogène sur tout ce qui touchait le fonctionnement interne de la corporation” (DOMINGOS NETO, 1980: 56).

A Missão Militar Francesa chegou, de fato, ao Brasil em março de 1920⁶, com 24 oficiais, sendo seu líder o general Maurice Gamelin⁷. Foram inauguradas, a partir de então, cinco escolas, no Rio de Janeiro, sob a sua supervisão: a Escola de Estado-Maior, em 07 de abril de 1920; a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 08 de abril de 1920; a Escola de Veterinária, em junho de 1920; a Escola de Intendência, em outubro de 1920 e a Escola de Aviação, em maio de 1920. Todavia, a sua presença podia ser notada antes, desde a primeira década do século XX. Havia, desde 1906, uma missão francesa de instrução da Força Pública do Estado de São Paulo, que representava, em termos concretos, um “pequeno exército”⁸ dessa unidade da federação brasileira. Durante o período quando o marechal Hermes da Fonseca exerceu o cargo de Ministro da Guerra no governo do presidente Afonso Pena, já existia, também, um forte desejo de modernização do Exército brasileiro e o governo francês pleiteava – juntamente com o alemão – acordos militares que favoreceriam tanto a indústria de seu país, pois poderia contribuir para a diminuição do comércio bélico que existia entre Brasil e Alemanha e aumentar a importação de equipamentos franceses, quanto ao alargamento da influência francesa na América Latina, tendo no Brasil, talvez, seu principal aliado contra a presença alemã na região – uma vez que missões alemãs já haviam realizado o trabalho de “modernização” dos exércitos chileno e argentino, este último, principal rival do Brasil na região, pelo menos segundo o senso militar nacional da época (ROLLAND, 2005: 169-171). Para o Brasil, a vinda de uma missão estrangeira, segundo o desejo daqueles que viam na “modernização” do Exército o desenvolvimento

⁶ O Decreto nº 3415, de 29 de janeiro de 1919 definiu a contratação de uma missão militar estrangeira de instrução do Exército brasileiro – ou seja, voltada especialmente para o ensino militar. Antes, o Decreto Legislativo 3674, de 07 de janeiro de 1919, já apontava para a contratação de uma missão estrangeira para os cursos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. O Decreto 3741, de 28 de maio de 1919, autoriza, segundo o vice-presidente, Delfim Moreira, a contratação na França de uma Missão Militar. Em 08 de setembro, há a assinatura do contrato, que tratava, primordialmente, das seguintes reformas no ensino militar com a criação de cinco cursos: Cursos d'arma (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia) – a serem realizados na EAO; Cursos de aperfeiçoamento d'arma; Cursos técnicos de artilharia e engenharia; Curso de estado-maior e Curso de revisão. Já havia, também, desde 1918, uma missão francesa para auxiliar na formação da aviação de guerra brasileira e, juntamente, com a missão contratada em 1919, cursos de veterinária, administração e aperfeiçoamento para sargentos. Além disto, há um apontamento genérico para aquisição de material bélico. Acreditava-se que com uma educação militar moderna do oficial, o oficial e, conseqüentemente, o próprio Exército se modernizariam, e o modelo somente poderia ser o europeu, mas este não seria apenas transplantado, mas como vimos pela visão de Caetano de Faria, precisaria ser transformado e seria, pois o Exército brasileiro (e sua história) não era europeu. Em janeiro de 1919, Gamelin conheceu o ministro da guerra do Brasil Cardoso de Aguiar e as unidades do Exército no Rio de Janeiro.

⁷ Sobre Gamelin e sua estadia no Brasil, ver DOMINGOS NETO, 2007: 226-228.

⁸ Sobre a história da Força Pública do Estado de São Paulo e a Missão Francesa que a instruiu no início do século XX, há um excelente trabalho de Heloisa Rodrigues Fernandes, intitulado *Política e segurança* (1973).

da nação para um Estado sólido e autônomo de fato, era o único meio de tirar a instituição da condição precária em que se encontrava⁹.

Porém, militares e civis que imaginavam o Exército como pilar de sustentação da nação e instrumento para o desenvolvimento patriótico da sociedade tinham, grosso modo, algumas preocupações, por exemplo, como modernizar sem alterar a ordem social vigente? Qual deveria ser o referencial da mudança modernizante? E, como adequar a influência externa sem descaracterizar a identidade nacional? Essa última, não pode ser tomada em termos ufanistas apenas, mas como uma inquietação pragmática e sensível à singularidade de toda e qualquer sociedade, em sua diversidade econômica, política e cultural (ORTIZ, 2006: 7 e 39-41).

Para tratar disso, deve-se levar em conta a experiência histórica brasileira, a maneira como a autoimagem nacional se construía – pelo menos desde o século XIX – e, especificamente no caso do Exército, o que deveria ser alterado e qual era a sua finalidade política e social. Ora, a instituição militar tivera, para além do ofício do guerreiro, uma atuação decisiva – ainda que não exclusiva – nos acontecimentos políticos brasileiros de derrubada do regime monárquico e instituição da República. Vários de seus quadros desempenharam um papel proeminente na composição do Estado brasileiro e influíram diretamente na construção de um projeto de nação para o país. Além disso, a experiência do Exército não se limitou jamais a defender o país das forças agressoras estrangeiras, como no caso da Guerra do Paraguai (1864-1870). As Guerras de Canudos (1896-1897) e do Contestado (1912-1916) são provas incontestes da participação da instituição também na manutenção da ordem interna – o que pode ser confundido, em certa medida, com uma atuação policial – e revelam não apenas a singularidade das funções do Exército brasileiro, mas como não havia clareza, inclusive interna, sobre sua identidade.

⁹ Antes dos impulsos modernizantes, o Exército era tido pelo senso comum, e também internamente, como uma instituição precária de recursos humanos. Primeiro, porque o recrutamento normalmente se dava por indivíduos pouco aptos ao serviço militar e, na maioria dos casos, provenientes das classes pobre e segundo, a Guarda Nacional, recebia os filhos da elite que pretendiam alguma carreira como oficiais, mas sem os dissabores do Exército (a Guarda Nacional foi extinta em 1918). José Murilo de Carvalho cita o relato de Leitão de Carvalho, já na década de 1910, para reforçar a visão de que o Exército brasileiro estava estagnado por causa de suas principais fontes de recrutamento: “a) nordestinos afugentados pela seca; 2) os desocupados das grandes cidades procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho... Brigas, roubos e bebedeiras eram freqüentes nos quartéis e não admira que a população olhasse com terror a perspectiva do recrutamento” (CARVALHO, 2005: 20-21).

De que forma as forças políticas hegemônicas buscaram a modernidade, ao mesmo tempo em lutavam para manter seu poder de fato? A resposta imediata é proveniente da conceituação da ideia de "modernidade conservadora" ou como melhor a expressiu Luiz Werneck Vianna - ao se apropriar do conceito gramsciano - de "revolução passiva brasileira":

“... [o conceito] de revolução gramsciana [possibilita a compreensão]... [do] programa de ação das elites conservadoras, com sua forma expressiva contida no binômio conservar-mudando, ao iniciar um processo de transformações sob a cláusula de restrição de que este confirme e atualize seu domínio” (VIANNA, 2004: 41).

Houve com isso, evidentemente o próprio reordenamento de forças no âmbito novo da federação, a partir de 1891 e a reconstituição das forças repressivas provenientes do império na manutenção do poder político e econômico das forças agrárias e arcaicas do século XIX (PINHEIRO... [et al.], 2006: 266-268).

No que se refere à adoção de um referencial modernista, certamente, este viria das nações beligerantes da época que apresentassem os resultados mais exitosos em suas campanhas. Em um período marcado pelo avanço colonial na África e na Ásia, as nações europeias representavam para quase todo o mundo uma fonte de inspiração militar. Todos apoiados por seu poderio militar e econômico, produziam aos olhos de ex-colônias americanas de espanhóis e portugueses “modelos” a serem copiados em seus próprios países que almejavam tanto o fortalecimento de um caráter nacionalista em todo o povo, como também se defenderem de possíveis ameaças externas – possivelmente de seus vizinhos. Franceses, alemães e ingleses, além dos estadunidenses viam como forma de expansão de sua influência (e também de sua economia) e consequentemente, diminuição do poder de seus rivais diretos, fazer acordos de cooperação militar entre suas forças armadas e a de países em estágio de desenvolvimento. Mantinham assim, também, de alguma forma um certo grau de dependência – cultural e econômica – que a Europa perdera no início do século XIX. Desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, diversas missões militares atuaram no continente americano. Apesar da presença e cooperação militar, econômica e cultural de ingleses e estadunidenses no continente, os principais rivais, pelo menos no que se refere à disputa pela influência da mentalidade militar nos exércitos dos três países mais fortes da América do Sul, naquele momento – Argentina, Brasil e Chile – eram os franceses e os alemães. Argentina e Chile, por exemplo, já “modernizavam” seus exércitos com o acolhimento de instrutores alemães e o governo do Brasil, desde 1906, enviava cadetes à Alemanha a fim de que absorvessem o “espírito prussiano” e pudessem, ao regressar ao país, partilhar de sua experiência visando o aprimoramento do Exército brasileiro. À época, o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, e o Barão de Rio Branco eram os maiores entusiastas do “modelo germânico” (CARVALHO, 2005: 27). Os franceses que recebiam dos sul-americanos uma maior acolhida nos assuntos culturais – língua, modos, artes, moda etc. – ainda que fossem exportadores de equipamentos militares, estavam em desvantagem em relação aos alemães, pelo menos até 1914. Em todo caso, utilizavam a ideia de “latinidade” – uma certa afinidade cultural entre os povos latino-americanos e os franceses – para manter os laços econômicos, além dos culturais (que muitas vezes representavam vínculos políticos e econômicos) e pretendiam também ampliar sua

influência no campo militar. Especificamente no Brasil, já dispunham, como apresentado anteriormente, de uma missão atuando junto à Força Pública do Estado de São Paulo, desde 1906. Constituiu-se obviamente uma disputa entre franceses e francófilos de um lado, alemães e germanófilos de outro¹⁰ (DOMINGOS NETO, 1980: 54-55).

Inevitável dizer que o fracasso das tratativas entre brasileiros e alemães não foi decorrente apenas da semelhança “latina” entre franceses e brasileiros: durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil se posicionou contra a Alemanha, aliando-se aos franceses (a decisão pela escolha de uma missão militar estrangeira se deu apenas após o conflito). Com o Tratado de Versalhes (1919), a Alemanha foi considerada a grande derrotada e os franceses, os vencedores. Ora, o país já havia sido inimigo dos alemães e optar pelo modelo derrotado não faria muito sentido. Mas não foi só isso. Como se verá adiante, a “cultura” do militar brasileiro (isto para não dizer “espírito”) foi um ponto categórico na maneira modernista do Exército brasileiro resolver a disputa pelo modelo que seria adotado.

Mesmo assim, os oficiais brasileiros que retornaram do estágio no Exército do *Kaiser* ficaram de tal forma impressionados que não só se tornaram partidários da contratação de uma missão militar alemã de instrução, como eles próprios foram a vanguarda na luta pela modernização do Exército brasileiro: criaram uma Revista para defender suas bandeiras (*A Defeza Nacional*), traduziram regulamentos militares do alemão para o português, ganharam adeptos e se tornaram professores da Escola Militar do Realengo. Esses jovens oficiais – conhecidos por “jovens turcos”, pejorativamente, em um primeiro momento (MCCANN, 2007: 217 e RODRIGUES, 2010: 87) – desempenharam um papel importantíssimo no desenvolvimento do Exército brasileiro. Entretanto, seu programa – expresso nas páginas de *A Defeza Nacional*, principalmente nos editoriais, desde 1913 – foi minimamente contemplado. Por uma razão muito simples: não foi (e ainda não é) possível “transplantar” o espírito prussiano para o brasileiro (como não seria – e não é – possível o transplante de qualquer cultura para outra). O debate sobre a contratação da missão e sua nacionalidade aparece de forma clara e explícita nas páginas de *A Defeza Nacional*, pelo menos desde 1914. No editorial do oitavo número do periódico, de 10 de maio. O assunto é tratado de maneira grave e com duras acusações aos “francófilos”:

"A idéa de contractar para o Brazil officiaes francezes tem sido entre nós francamente defendida por certos advogados administrativos, organisadores de syndicatos franco-brasileiros, agenciadores de emprestimos e outras personalidades do mundo dos negocios para quem é profundamente indifferente a sorte do Exercito como a da propria Nação, e com que seria uma pilheria trocar siquer uma palavra sobre questões militares".

Para os membros da revista, o objetivo da missão francesa seria primordialmente a conquista de mercado para seus produtos bélicos industrializados, bem como diminuir a influência germânica nesse campo, uma vez que o Brasil possuía, à época, diversos equipamentos de indústrias alemãs. Ainda assim – e levando em conta que todo o texto é permeado pelo ponto de vista germanófilo – a crítica mais enfática, até o momento, não se dá somente em relação à nacionalidade da missão militar, mas também à manutenção da lógica metrópole-colônia, no que se refere à dependência econômica

¹⁰ Tal quadro histórico é bem resumido em MCCANN, 2007: 145-147.

entre o Brasil e as potências militar-industriais europeias. É fundamental reforçar, para além do objetivo deste artigo, que a indústria bélica não se modernizara até o final do Estado Novo. Tal consideração pode ser verificada no artigo de Manuel Domingos Neto e Luis Rogério Franco Goldoni “Tecnologia militar no Estado Novo”:

“Em meados da década de 1930, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro – então ministro da Guerra, posteriormente chefe do Estado-Maior do Exército – apresentou a Getúlio Vargas um balanço preocupante da capacidade da indústria bélica nacional e alertou sobre a necessidade de iniciativas para incentivá-la. Enquanto as grandes potências produziam novos armamentos, como submarinos e aviões de combate, o Brasil tentava com grande dificuldade fabricar equipamentos simples e mesmo rudimentares... Na época, o Exército mantinha onze fábricas de produtos bélicos, seis criadas nos anos 1930 e ainda sem pleno funcionamento. As outras cinco passavam por reformas modernizadoras. Góes salientava que devido ao estoque de fuzis e às importações em curso, os esforços deveriam se voltar para o suprimento de canos, sabres e munição e para reparo de armas portáteis... Em 1936, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra de 1936 a 1945, confirmaria em cores mais fortes a precariedade da indústria bélica brasileira. À baixa qualidade da produção das fábricas militares somava-se o despreparo do parque industrial civil.” (DOMINGOS NETO e GOLDONI, 2010: 75).

Os autores relacionam o processo de desenvolvimento industrial militar à ampliação do parque fabril brasileiro nos últimos anos do Estado Novo e aos eventos decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Tal constatação serve não apenas para afirmar a presença do elemento modernista no Exército brasileiro, anterior à sua modernização, mas acreditar na ideia de que a compra de mais ou menos equipamentos bélicos desta ou daquela nação industrializada proveria modernamente o Brasil é um equívoco, pois a caracterização da condição de modernização é a autonomia material de uma sociedade concebida em termos estatais e nacionais em relação a outros países.

Tendo em vista o tardio desenvolvimento da modernização econômica no Brasil, o que houve – de marcante e duradouro, aos anos que seguiram após a escolha da Missão Militar Francesa – foi a formação de uma instituição com mentalidade e organização modernas. Houve modernismo – não mimético, não um transplante apenas, ainda que houvesse uma influência direta – de alemães e mais fortemente de franceses, mas não uma modernização, tal qual a sociedade brasileira de uma forma geral passou historicamente entre as primeiras décadas do século XX.

Retomando o editorial de *A Defesa Nacional*, de maio de 1914, após desqualificar os possíveis defensores de uma referência francesa ao Exército brasileiro, como sendo apenas “advogados” de interesses comerciais e não na defesa da pátria, o texto volta-se à comparação entre os Exércitos francês e alemão – momentos antes de protagonizarem o maior conflito militar, até então, da história europeia – e destaca, já nesse momento, as especificidades do “espírito brasileiro”, apesar do tom claramente germanófilo:

“... as organizações militares não são artigos de importação e cada país possui aquela que melhor convém às suas próprias condições. Aqui no Brasil, por exemplo, não é por ignorância da organização militar que nos convém que ainda nada se fez, mas não se fez nem se

fará nada tão cedo enquanto durar a crise profissional e moral que nos assoberba, pois nos falta justamente a competencia e sobretudo a vontade para a execução practica de uma serie de idéas muito sabias que jamais conseguem sahir do papel. Temos urgente necessidade de recorrer ao estrangeiro para ir buscar mestres militares que se encarreguem da organização technica do nosso exercito e nos ensinem a preparar a guerra com elementos nacionaes. *Nós não queremos instrutores para exhibir batalhões nas paradas, queremos estrategistas e tacticos que venham para o nosso Estado-maior* empregar a obra de um Meckel no Japão e de um Körner no Chile e que se apoderem das escolas militares com o intuito de fazerem, dos nossos officiaes, soldados sadios de corpo e de espirito e não românticos bachareis, mais preocupados com o advento das seitas philosophicas do que com o destino dos exercitos nas batalhas¹¹... As afinidades de temperamento e de raça não podem constituir de forma alguma motivo de preferencia e ao contrario é de desejar que outros methodos cerebraes de estudo e de trabalho suplantem o espírito de chicana, a inconstancia e o *laissez-aller* que entre nós deitam a perder os emprehendimentos mais sérios".

Por fim, o editorial afirma algo que Raymond Aron demonstrou em seus estudos sobre o pensamento de Carl von Clausewitz (1780-1831), autor de *Da guerra*, e a sua difusão na Europa após a guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Com uma derrota humilhante, os mestres militares franceses supuseram que a causa de seu fracasso residia acima de tudo na doutrina de guerra que o exército alemão já possuía: a doutrina clausewitziana – já inserida no Exército prussiano – mas de uma forma pouco clara, ou mesmo com uma interpretação problemática¹². Do mesmo modo o editorial afirma:

"Em maneira de tactica o exercito francez apenas agora começa a perfilhar principios, que foram em parte causa das victorias allemãs de 1870 e que um simples fähnrich allemão não desconhece, quanto mais qualquer um dos officiaes do grande exercito em que temos ido beber os mais fecundos ensinamentos. É digna de menção a esse respeito a recente transformação do regulamento de manobras da artilharia de campanha franceza que representa um triumpho das idéas alemãs sobre o emprego technico e tactico dessa arma... A evolução actual das idéas tacticas em França póde ser caracterisada por estas palavras, *o exercito francez se germanisa*. Não sabemos pois porque ainda se hesita entre a fonte original dos maiores progressos militares e a sua copia timida e indecisa, quando se pensa na escolha de officiaes estrangeiros para virem nos ensinar a moderna arte da guerra" (Revista *A Defesa Nacional*, nº 8, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1914, ano I).

Talvez a melhor reflexão sobre o modo como o Exército brasileiro incorporou, desde o século XIX, as referências modernas provenientes da Europa, segundo seus desejos modernizantes, suas experiências históricas e sua cultura, seja a tese de doutorado de Leonardo Trevisan intitulada *As "obsessões patrióticas"; origens e*

¹¹ Aqui há uma crítica direta à tradição "teórica" dos oficiais do Exército brasileiro tão bem apresentada por Jehovah Motta, no livro *A formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944* e Leonardo Trevisan em sua tese, *As "obsessões patrióticas"; origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro* (USP, 1993), assim como demonstrou o desejo de eficiência prática para uma instituição de doutores que os jovens turcos queriam a todo custo transformar.

¹² ARON, 1986: 10.

projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro (USP, 1993). Mesmo sem adotar a dicotomia modernismo-modernização em sua análise e preocupado, sobretudo, na divisão originária do Exército brasileiro entre o pensamento que defendia a formação teórica e o que sustentava a instrução voltada mais às atividades militares práticas (bem como seus desdobramentos históricos a partir do século XIX até a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução, entre os anos 1920 e 1940), desenvolveu um raciocínio, podendo levar a interpretar que as “doutrinas modernas” foram absorvidas sempre de um “modo à brasileira” e aplicavam-se à realidade nacional – mesmo se esta fosse particularmente compreendida segundo a visão de segmentos do Exército militar, por sua vez, não necessariamente homogêneos – muitas vezes conflitantes.

Para Trevisan, assim, o desfecho do debate sobre a escolha da nacionalidade da missão estrangeira, com a função de “modernizar” o Exército brasileiro, não estaria apenas nos méritos em si das organizações militares europeias (principalmente a francesa e a alemã), nem nos interesses econômicos de agentes brasileiros e estrangeiros, ou ainda na capacidade diplomática de políticos, militares e intelectuais germanófilos ou francófilos. Longe de desqualificar tais aspectos, pensou não serem suficientes para afirmar que foram somente esses os motivos da escolha de uma missão militar francesa e não alemã. Segundo Trevisan, a influência francesa vem desde os tempos do Império Brasileiro. Como exemplo da presença francesa já no século XIX no Exército brasileiro, menciona a Reforma da Academia Militar do Rio de Janeiro de 1839:

“A comissão da reforma de 1839, estabeleceu que o novo estatuto para a escola militar brasileira ‘organizará os necessários regulamentos, servindo-lhe de norma os que se acham presentemente em vigor na Escola Politécnica e na de Aplicação de Metz, em França, em tudo o que for adaptável ao plano de Estudos’. O novo Estatuto, o de 1839, mudou o nome da Academia Real Militar para Escola Militar e, de fato, privilegiou oficialmente o ensino de Engenharia. Por outro lado, seguindo bastante os princípios da ‘formação francesa’, militarizou, o quanto foi possível, o cotidiano da nova Escola Militar, principalmente quando criou a figura do ‘oficial instrutor’, encarregado do comando das companhias de alunos e da ‘instrução prática das Armas’” (TREVISAN, 1993: 14-15).

Ao longo de todo o século XIX, um dos principais debates envolvendo o Exército brasileiro, no tocante à sua doutrina, foi o de se saber quais seriam os principais objetivos e princípios norteadores da formação do oficial. Tal discussão se pautava pela disputa entre aqueles que preferiam uma formação mais teórica (notadamente em Engenharia) e aqueles que desejavam uma formação mais “militar” ou prática. Os primeiros, grosso modo, prevaleceram, de modo que o ensino teórico da Escola Militar caracterizou-a significativamente ao longo do Império e apresentou resquícios ainda nos primeiros anos da República com a presença dos positivistas. Todavia, ainda em 1851, foi criado no Rio Grande do Sul o curso de Infantaria e Cavalaria (concretizado apenas em 1853), em 1855, a Escola de Aplicação na Fortaleza de São João (depois transferida, em 1857 para a Praia Vermelha), que pretendia reunir todas as disciplinas militares e, em 1859, foi formada a Escola de Tiro de Campo Grande.

Abril de 2012

No final do século XIX, os exércitos chileno e argentino modernizaram-se, sofrendo forte influência alemã, com envio de missões do país europeu aos sul-americanos¹³. É importante ressaltar, segundo a análise de Trevisan sobre o processo de modernização do Exército, que esse já apresentava nos momentos derradeiros do Império influência estrangeira, particularmente a alemã, ainda que a França fosse uma constante referência militar para os brasileiros (TREVISAN, 1993: 67). O desejo de modernidade do Exército brasileiro não era apenas uma característica exclusivamente emergente do período republicano, nem mesmo a disputa entre franceses e alemães pelo direito de enviarem seus oficiais a fim de aprimorar as tropas sul-americanas.

Antes da chegada da Missão Militar Francesa, em 1920, mais especificamente em 1924, quando começou a atuar na Escola Militar do Realengo, a principal referência do Exército brasileiro, em termos de formação da mentalidade do oficial, da organização da instituição, bem como o seu desenvolvimento à modernidade, era o Exército alemão. Evidentemente contribuíram para isso os ex-estagiários que voltaram da Alemanha e procuraram instaurar no Exército brasileiro o mesmo “espírito prussiano” que absorveram em sua estadia na Europa. Todavia, como demonstrou Trevisan, havia uma enorme distância entre a “cultura” do soldado brasileiro e a do alemão. Por outro lado, não é possível afirmar que desde o retorno dos “jovens turcos” e da primeira publicação de *A Defeza Nacional*, esse cenário germanófilo tenha se estabelecido por completo. A Reforma do ensino militar de 1913¹⁴, já de inspiração germânica, se desenvolveu de forma lenta – dando mais ênfase ao ensino prático e ao rigor disciplinar que em outros momentos da história do Exército brasileiro – mas os “jovens turcos” estavam distantes da Escola Militar do Realengo, atuando em outras instituições de ensino militares e também, de alguma forma, nos quartéis. Resultados mais claros da ampliação da “mentalidade prussiana” no Exército brasileiro podem ser vistos em 1918 e 1919 (com as reformas promovidas pela Lei 3454, de 06 de janeiro de 1918 e o Decreto 13451, de 29 de janeiro de 1919, e a Missão Indígena¹⁵). Todavia, tal “espírito” jamais ganhou por completo o coração de toda a corporação. Por um lado, os oficiais mais antigos e com uma mentalidade “arcaica” (ainda assim eram de patente superior à dos reformistas germanófilos, em sua maioria), viam no rigor dos novos oficiais uma afronta ao respeito da própria hierarquia (tal era a contradição do processo: para instituir o rigor e o respeito à hierarquia militar e política era preciso mudar a mentalidade do Exército naquele momento e afrontar a própria hierarquia); de outro lado, o soldado comum não habituado a um ambiente tão rigoroso, sentia a “disciplina prussiana” um tanto excessiva e resistia ao modelo importado (TREVISAN, 1993: 297-298). Enfim, havia obstáculos de todos os lados e a posição brasileira contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial influíra na marginalização da referência germânica dentro do Exército brasileiro. Mesmo assim, seus ecos puderam ser ouvidos até 1922 e, talvez, até 1924. O que estava em jogo, certamente, era o fato de o Exército

¹³ “Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, as potências industriais europeias, em especial a França e a Alemanha, disputavam o monopólio da influência sobre os exércitos da América Latina. Tal disputa abarcava desde a venda de material bélico até o envio de missões militares estrangeiras de instrução junto aos exércitos latino-americanos. O Chile, por exemplo... contratou o capitão alemão Emilio Körner Henze, que empreendeu uma reforma no exército chileno... Também na Argentina, a reformulação do Exército ocorreu, em grande parte, sob a influência da Alemanha... em 1899, durante a presidência de Julio Roca, chegou à Argentina uma missão militar alemã, que contou com uma equipe de militares comandada pelo coronel alemão Alfred Arent” (LUNA, 2007: 1-2).

¹⁴ Vide MOTTA, 2001 e TREVISAN, 1993.

¹⁵ Nome dado ao grupo de instrutores selecionados por concurso, para atuar na Escola Militar do Realengo. Muitos deste eram “jovens turcos” e foram predominantes na instituição até 1924, quando a Missão Militar Francesa passa a atuar no Realengo.

brasileiro superar seu próprio “atraso” e para tal seria preciso, de alguma forma, inspirar-se naquilo que já era moderno. Os anos que antecederam a chegada da Missão Francesa foram de intensas discussões, primeiro porque a Grande Guerra terminara e deixara marcas profundas na maneira de pensar a própria guerra e, segundo, porque o Exército experimentou, novamente, durante a Guerra do Contestado (1912-1916) na carne – sua e da população civil envolvida no conflito – os limites e a ineficiência da instituição. Dessa forma, o ministro da Guerra que ocupou a pasta durante boa parte dos dois conflitos, entre novembro de 1914 e novembro de 1918, o Marechal José Caetano de Faria (1855-1920), procurava na combinação entre os fatores externos e a experiência local um caminho para a evolução do Exército brasileiro. No último relatório a frente do Ministério da Guerra, Caetano de Faria fez um balanço da pasta sob o governo de Wenceslau Braz (1914-1918), apresentando como necessidade a reforma do Exército. Além de desenhar um quadro geral, trata do intercâmbio entre militares brasileiros e europeus e a possível contratação de uma missão estrangeira que viesse instruir o Exército brasileiro, a fim de “modernizá-lo”:

"Missões no estrangeiro: De accôrdo com as autorizações concedidas pelo poder legislativo, acha-se na Europa uma comissão de officiaes, sob a chefia do general Napoleão Felipe Aché, a qual estuda as modificações introduzidas na arte da guerra pela campanha actual, verificando o que é applicavel ao nosso exercito; essa missão compõe-se, além do citado general, de 23 officiaes, e como nós fazemos parte dos paizes aliados contra a Allemanha, esses officiaes estão á disposição do quartel-general dos alliados. Uma outra missão acha-se nos Estados Unidos, fazendo estudos e procurando adquirir material que nos falta; ella tem como chefe o tenente-coronel Alipio Gama, compondo-se de 8 officiaes, além do chefe" (*Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Marechal José Caetano de Faria, ministro do Estado da Guerra, em maio de 1918. Imprensa Militar; Estado-Maior; Capital Federal, 1918: 34-35*).

Para Trevisan, Caetano de Faria era contrário a contratação de uma missão estrangeira (TREVISAN, 1993: 299). De fato, preferia um caminho mais “nacionalizado” para o desenvolvimento da instituição, mas não recusava ou fazia restrições a vinda de uma missão francesa. O que parece é que Caetano de Faria tinha plena consciência de não ser possível apenas delegar aos brasileiros a vanguarda do processo que já estava em curso, mas também não seria coerente simplesmente importar um modelo “moderno” e fazer ajustar a realidade militar nacional em sua fôrma. De modo que busca conjugar a experiência militar brasileira recente às “... modificações introduzidas na arte da guerra pela campanha actual, verificando o que é applicavel ao nosso exercito”:

"Os regulamentos dos exercitos adiantados servem evidentemente de base aos nossos, mas soffrem as alterações indispensaveis para sua adaptação ás qualidades do nosso soldado, á topographia do nosso territorio e até ás nossas condições financeiras; no nosso paiz, sem estradas carroçaveis, de população disseminada e industrias atrasadas, não é possivel contar, senão raramente, com o transporte de automoveis, nem se empregar methodos de guerra que se apoiem na existencias constante de nucleos de povoação; basta lembrar que o nosso exercito em campanha só póde contar com o acampamento, sendo o acantonamento um caso excepcional. Nas ultimas operações militares, Canudos e Contestado, os transportes eram em geral feitos

em cargueiros, e a evacuação de feridos, mesmo nos trens, feita em rédes. Por esses motivos, estou convencido de que o melhor methodo para o nosso aperfeiçoamento é o que estamos seguindo: mandar officiaes competentes estudar as organizações européas e acompanhar as operações de guerra, afim de que, com o conhecimento que têm das nossas condições, verifiquem o que nos convem adoptar. Não quer isso dizer que não seja vantajosa, a vinda de officiaes estrangeiros, de real competencia, para leccionar na escola militar ou na de estado-maior, materias em que se tenham especializado, como as do serviço de estado-maior, estrategia, jogo da guerra, etc". (*Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Marechal José Caetano de Faria, ministro do Estado da Guerra, em maio de 1918. Imprensa Militar; Estado-Maior; Capital Federal, 1918: 39*).

O trecho acima não deixa dúvidas. Caetano de Faria não se opunha a uma missão estrangeira – pelo menos era essa a sua posição oficial – ainda que preferisse “... mandar officiaes competentes estudar as organizações européas e acompanhar as operações de guerra, afim de que, com o conhecimento que têm das nossas condições, verifiquem o que nos convem adoptar”.

Nesse momento, não se pode esquecer que a posição “germanófila” estava obviamente enfraquecida, mas ensejou a oportunidade exatamente para reforçar aquilo que Caetano de Faria anunciara no relatório: apreender a experiência estrangeira, sim (para os colaboradores de *A Defeza Nacional* e para aqueles que eram aprovados pelos primeiros concursos públicos para professores na Escola Militar do Realengo com a Missão Indígena, esta seria primordialmente a alemã), mas combiná-la à brasileira e, acima de tudo, entender que a modernização do Exército é também o fortalecimento do caráter patriótico. Tais considerações podem ser destacadas em um relevante editorial de *A Defeza Nacional* de agosto de 1918. O texto trata exatamente da necessidade de uma postura nacional para se pensar o Exército brasileiro, e tomar do estrangeiro apenas aquilo que seria útil em termos locais. Neste editorial, intitulado "Patriotismo ad hoc e germanophilismo. Embuste evidente. Nossa orientação inabalável", há o reforço da ideia de que o processo de modernismo do Exército se dará no encontro entre os interesses brasileiros e os modelos europeus¹⁶. A defesa é exatamente da fusão do patriotismo brasileiro com a experiência alemã. A revista não se posiciona contra a política brasileira antialemã e sim com o possível abandono da referência germânica para o desenvolvimento da instrução do Exército brasileiro:

"Por um excesso de gratidão que bem se explica pela nossa absoluta fraqueza e porque a nossa nacionalidade ainda está em formação, temos, até agora, em actos esparsos, em opiniões dos nossos políticos mais notaveis, em consequencia de dificuldades financeiras e, mais do que em tudo isso, na consciencia popular, victima do analphabetismo e de justificada descrença dos nossos estadistas, creado e desenvolvido um sentimento que suffoca o patriotismo - o *estrangeirismo*... Os principios comprovados pela experiencia em um paiz, perderão o seu valor passando as fronteiras? Não será patriotico e por isso necessario acompanhar, aprender e adoptar tudo o que de melhor souber e fizer o nosso inimigo? Em materia militar, haverá quem discuta as vantagens de elucidar desapaixonadamente tudo que o inimigo descobrir ou

¹⁶ Mas como estes não são puros e simplesmente mimetizados, o processo de desenvolvimento do Exército brasileiro de fato sofreu e desenvolveu uma mentalidade moderna, mas no desenvolvimento da modernização apenas ficou a desejar.

aperfeiçoar?... N'A Defeza Nacional nunca houve concessões pessoas e a bajulação não ousa approximar-se das suas columnas. Ella está inscripta entre os órgãos mais patrióticos que no Brazil se imprimem vive *para o bem da sua Patria e da sua classe* - embora com constantes sacrificios pessoas... resolvemos num rasgo de franqueza que tambem é um sacrificio, explicar, de uma vez por todas, o nosso modo de ver, de sentir e de lutar pelos sagrados interesses da Patria, a razão porque pugnamos, pela adopção entre nós, de alguns regulamentos usados por um paiz que é hoje nosso inimigo... Esse tal 'germanophilismo' tão lembrado por alguns que muito esqueceram e ainda esquecem seus deveres para com a Patria, deve ser applicado aos que em actos, palavras e idéas pugnaram pelo enfraquecimento do paiz, progresso de idéas dissolventes e impraticaveis e aos que, evitando a instrucção militar que sempre pedimos e a aquisição do material indispensavel para apresentar resistencia util deante do inimigo, impediram que a nação agisse de accordo com a altivez e altruismo sempre manifestados" (*A Defeza Nacional*, nº 59, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1918, ano V).

Esse trecho revela exatamente a maneira como os “jovens turcos” e seus discípulos compreendem a modernidade para o Exército, além de defenderem sua posição frente às acusações que poderiam sofrer. Não é a adoção apenas de um modelo de pensamento aliado ou não, e sim, aquele, aparentemente, mais eficiente e não importava se era uma cópia do Exército alemão ou de quem quer que fosse, pois o importante era o modernismo do Exército¹⁷.

O “espírito prussiano”, entretanto, era excessivamente rigoroso para os padrões do Exército brasileiro na época e, por isto mesmo, segundo Leonardo Trevisan, produziu um efeito grave de insubmissão na Escola Militar do Realengo. Por pregar exacerbadamente uma observância devotada das normas regimentais dos officas em formação, bem como um respeito inquestionável à hierarquia fez com que a Revolta do Forte de Copacabana em 05 de julho de 1922, tivesse apoio apenas da Escola Militar do Realengo, onde os “jovens turcos” e seus seguidores eram instrutores desde 1920¹⁸. Foi por apertar demais o parafuso da disciplina que esta de fato se rompeu em cinco de julho, levando ao afastamento da Missão Indígena e abrindo as portas aos instrutores franceses. Estes tiveram uma postura muito mais adequada à realidade do Exército brasileiro da época que, apesar de já não ser mais uma instituição recolhadora de “indesejáveis”, ainda não gozava de uma enorme simpatia social. Para Trevisan, o desfecho da Primeira Guerra teve efeito prática no distanciamento do modelo alemão, bem como o trabalho incessante dos adidos militares francês¹⁹ e brasileiro²⁰, no Brasil e na França, respectivamente e do Ministro da Guerra em 1919, o general Alberto Cardoso de Aguiar (1864-1935). Entende, entretanto, que o aspecto primordial para o afastamento brasileiro da influência germânica e a aproximação ao modelo francês tenha sido exatamente a incompatibilidade de adaptação do “espírito prussiano” –

¹⁷ A modernização também, mas esta se manteve adormecida até o fim do Estado Novo, quando de fato houve alguma expansão na indústria bélica brasileira.

¹⁸ Ver TREVISAN, 1993: 312-317.

¹⁹ “l'influence militaire à acquérir dans un pays encore dans l'enfance, mais destine au plus bel avenir et ou nous cherchons, d'autre part, à nous faire une place dans le domaine économique, vaut bien quelques sacrifices, que nous pouvons espérer productifs dans l'avenir” (de la HORIE, Fanneau. *Rapport au ministre de la Guerre*, Rio de Janeiro, SHAT – Service historique de l'armée de terre, Château de Vincennes, 11 septembre 1918 *apud* DOMINGOS NETO, 1980: 47).

²⁰ Ver MALAN, 1988: 43.

interpretado por seus detratores como “excessos disciplinares” – à demanda local brasileira pela reformulação do Exército. Entre os ensinamentos mais significativos do estágio dos “jovens turcos” na Alemanha estava a ideia de disciplina e como isso ia ao encontro da noção de soldado-cidadão, uma vez que a principal função política do soldado era a defesa da pátria em todos os sentidos, inclusive a hierarquia, este último dado era algo bastante distante da realidade brasileira, levando-se em conta os constantes casos de insubmissão. Não significa dizer, entretanto, que o “modelo francês” fosse melhor ou menos rígido, mas talvez, os franceses pudessem perceber melhor até onde podiam ir ou não em seus ensinamentos e no envolvimento com o universo militar brasileiro, bem como saber que se tratava também de um assunto comercial e do aumento da influência francesa na América Latina, tornando a França a principal parceira militar do Brasil.

No único relatório de Cardoso de Aguiar como ministro da guerra, em 1919, há, apesar do curto período a frente do Ministério (entre 1918 e 1919), decisões importantes no tocante às reformas modernizantes do Exército. O relatório é o primeiro a tratar abertamente da contratação da Missão Militar Francesa e das expectativas que existiam em torno de sua chegada. É notável que o aspecto principal da Missão seja mencionado inicialmente: a formação dos oficiais do Exército brasileiro e, conseqüentemente, a participação francesa na reformulação do ensino militar. Tal é a percepção de Cardoso de Aguiar da “função” social do Exército que, se de um lado, o debate e a necessidade do alisamento universal (já estabelecido desde 1916), cabia, naquele momento, formar os oficiais que guiariam o povo em armas para a defesa do território e dos valores da pátria, mas deveriam também desempenhar um papel de “instrutores” do sentimento nacionalista para todos os cidadãos brasileiros. Em suma, a educação de um oficial seria também na formação de um professor de patriotismo:

“Das escolas sahem os officiaes que disseminam por todos os recantos do Brazil e transmittem a instrucção necessaria aos conscriptos que se apresentam promptos a se transformarem em verdadeiros soldados, a quem a Patria confia defesa de seu territorio e da sua independencia” (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 24*).

A noção de “independência” não explicita apenas o caráter formal da suposta soberania brasileira. Ser independente é também ter consciência e identidade nacionais. Cardoso de Aguiar continua e afirma um problema que se estende, desde o século XIX da formação da defesa no Brasil: a disputa entre uma formação mais teórica ou prática do oficial do Exército brasileiro²¹. Tal embate, no início do século XX, era interpretado

²¹ Segundo André Luiz dos Santos Franco, a disputa entre teóricos e práticos é apontada já no relatório do Ministério da Guerra de 1829, sendo, segundo suas palavras, resolvida apenas com a Missão Militar Francesa: “O relatório do ministro da Guerra de 1829 também fez referência a uma reforma da Academia, pois acreditava que tal estabelecimento de ensino não estava correspondendo satisfatoriamente aos fins para os quais teria sido criado, ou seja, era desejo do ministro tornar a Academia uma verdadeira escola militar. Observa-se, já em 1829, o início da contradição entre o bacharelismo e o profissionalismo dentro do ensino militar, provocando opiniões díspares e conflitantes, problema que, segundo este trabalho, somente será resolvido com o advento da Missão Militar Francesa no final da segunda década do século XX” (FRANCO, 2010: 19). Para Trevisan, “O Estado português visualizava uma perspectiva de defesa cuja principal meta consistia na obrigação de construir fortes como garantia principal de posse. Confundir ensino militar com formação em engenharia tem essa origem” (TREVISAN, 1993: 389).

por Cardoso de Aguiar pela manutenção de uma ordem arcaica e ultrapassada do conceito de Exército e outra, moderna:

"Sobretudo era preciso tirar o caracter eminentemente theorico de que vinha resentindo o nosso ensino militar, mau grado as sucessivas e repetidas transformações de regulamentos, e emprestar-lhe definitivamente a feição prática e technica que se impõe presentemente, em face do extraordinario desenvolvimento da industria militar, creando innumeros engenhos de guerra e multiplicando os formidaveis processos mechanicos de ataque e defesa" (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 25*).

Certamente, Cardoso de Aguiar projeta um avanço não só modernista, mas concomitantemente, modernizante da própria materialização técnico-industrial. Ora, a "importação" da Missão Francesa apontaria exatamente para outro lado: modernismo, sim, da mentalidade militar, mas manutenção do sistema comercial exportador (país europeu ou "avançado", no caso a França) e importador (ex-colônia, ainda de base econômica agrária, como era o caso do Brasil). Também é relevante apontar para o fato de que a Escola Militar de formação dos oficiais não seria inicialmente atingida pela Missão Francesa, ou seja, ainda que o governo brasileiro percebesse a necessidade de se modernizar, o principal instituto escolar permaneceria nas mãos dos professores da Missão Indígena (nome com clara tendência de se ter no país um desenvolvimento modernizante endógeno. Mesmo os instrutores, discípulos dos "jovens turcos", já tinham assimilado a cultura militar germânica, mas a faziam no sentido de dar uma direção singular à formação identitária do Exército brasileiro). Cardoso de Aguiar reforça o desejo de modernização ao tratar especificamente da indústria militar brasileira e apontar para a expectativa criada pela missão francesa também no sentido de ajudar a desenvolver algum know-how para o incremento e desenvolvimento do parque industrial militar brasileiro. Plano frustrado pelo chefe da missão, Maurice Gamelin, como bem observou Domingos Neto (2007), ao vê-lo também como um mercador dos equipamentos franceses, de modo a manter a dependência brasileira de produtos militares importados. Segundo o relatório,

"O serviço obrigatorio e a *independencia absoluta* de recursos materiaes estrangeiros garantem a qualquer paiz seus meios efficazes de defesa militar[grifo nosso]. A questão reduz-se, então, a confiar a organização e o funcionamento da machina militar a homem capazes e a mãos habeis. Mas o problema cuja solução se impõe e sem a qual impossível será assegurar a defesa nacional é o da *independencia absoluta dos recursos materiaes estrangeiros* [grifo original]" (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 32*).

O ministro é sincero ao afirmar a carência material do Exército brasileiro em 1919, ocasionada pela Primeira Guerra Mundial que interrompeu o comércio entre os produtos de todos os tipos entre os países industrializados europeus e o Brasil e, portanto, era urgente a compra de equipamentos bélicos para o país:

"... as lições da grande guerra ainda vieram trazer a convicção de que necessitamos adquirir novos engenhos, não empregados ou desconhecidos anteriormente. Temos de comprar metralhadoras, canhões de campanha, obuzes, canhões de montanha e de artilharia pesada, artilharia de costa e o complemento necessario para todo este material" (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 55*).

Por causa da guerra, também, os Estados Unidos que já tinham negócios bélicos com o Brasil desde o século XIX²², aumentam seu comércio: "Felizmente, julgo estar resolvida a questão do material para instrução da arma de engenharia, pois acabamos de receber dos Estados Unidos, material de sapa e telegraphico, assim como telephones de campanha e estações de radio-telegraphicas..." (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 55*). A dependência de equipamentos estrangeiros, apesar dos desejos modernizantes para a indústria bélica, persistiu por um longo tempo, até o fim do Estado Novo como foi apontado acima. Enquanto a mentalidade "modernista" se ampliava internamente nos quadros militares e as reformas do Exército ganhavam maior interesse civil, a materialidade deste desenvolvimento – o avanço da indústria bélica nacional – era ainda extremamente inconsistente.

Em 1920, no governo de Epitácio Pessoa, o primeiro civil a ser ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras (1870-1934), reforça os desejos modernizantes do Exército e, assim como seus antecessores, persiste na reivindicação da profissionalização do Exército e na ampliação dos recursos materiais bélicos para a instituição. É evidente atentar para o fato de que os três relatórios dos três ministros tocavam na mesma tecla, mas, em vista da conjuntura infactível de se desenvolver do dia para a noite um parque industrial militar brasileiro, aceitavam resignados a importação de armamentos (BELLINTANI, 2009: 544-546). Todavia, no âmbito do desenvolvimento do espírito e da imagem do Exército (interna e também da que a sociedade civil tinha da instituição), todos viam como possível a elevação do Exército ao profissionalismo, a uma educação mais prática, a desempenhar um papel de construção da identidade nacional – tão difícil dado o regionalismo, o pacto federativo do país e as práticas políticas da Primeira República –, a uma força capaz de exercer com extrema eficiência seu papel social e político de defesa do país.

No primeiro relatório de Calógeras, de junho de 1920, há um longo preâmbulo tratando das condições da pátria brasileira, sua vocação pacífica, a proximidade do centenário da Independência e da inserção do Exército brasileiro neste quadro de coisas.

"Base da defesa nacional, em torno delles virão grupar-se, si de tanto houver mistér, todos os elementos da Nação armada, garantindo, na serenidade da força consciente e pacífica, a auctoridade da palavra do Brasil no concerto dos Povos. Factor de estabilidade social e de progresso ininterrupto, assegurarão livre surto ás energias do paiz, para a conquista, dentro nas raias ethnicas, da pujança economica, do bem-estar collectivo e do predomínio dos altos moveis altruisticos que

²² Ver TOPICK, 2009.

sempre alentaram a acção do Exercito. Obedientes á tradição historica, já secular, serão sempre e cada vez mais a Força a serviço do Direito, da Justiça e da Moral... A custo, a muito custo, mesmo, vencendo graves resistencias, conseguimos transpôr o estadio do Exercito profissional" (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 5*).

Quanto à necessidade de modernização, mas sentindo a dimensão ímpar da sociedade brasileira e, em particular, de seu Exército, Calógeras aborda a necessidade de profissionalização do Exército, material e mental. Assim escreveu:

"Precisamos de Exercito, e não de arremedo d'elle, multidão fardada, sem efficiencia militar. Passamos bruscamente do Exercito profissional ás forças armadas nacionaes... mesmo entre os mais leaes e dedicados propugnadores do principio novo, ainda influe a longa pratica dos dogmas abandonados. Involuntariamente, encara-se o problema com a mentalidade antiga... Não raro, triumphha inconscientemente o methodo antiquado. As nossas convicções constituem ainda um estado mental à *fleur de peau*, superficial... Quando ser soldado era uma profissão, como qualquer outra, essa mão d'obra especial havia de ser paga como tal, isto é por uma taxa elevada, proporcionada, além do mais, ao pequeno número de especialistas. O conceito de Nação armada traz outras consequencias: não é mais uma profissão que exerce a praça, é uma prestação pessoal de serviços, como as antigas prestações *in natura*, ou de dias de serviços. É uma quota unitaria no esforço colectivo, como o imposto é a quota individual nas despesas geraes do paiz" (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 29-30*).

"Ainda continuam a reger nossa actividade militar. Confirmou-os, em parte, a experiencia da lucha. Mas, em maior extensão, se tornaram caducos ante a realidade do campo de batalha. É suprema lição deste ultimo que precisamos haurir e infundir na tropa, respeitados sempre os coefficients locais" (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 53*).

É necessário destacar, nesse último trecho que Pandiá Calógeras ao afirmar a necessidade de avanço nos assuntos pertinentes à guerra moderna, travada poucos anos antes na Europa, registra a importância de não se adotar qualquer modelo de reorganização do Exército que não leve em consideração as características específicas da sociedade militar brasileira e sua história. Deste modo, preocupado com o "coeficiente local", Calógeras anuncia a Missão Militar Francesa e o papel que passaria a desempenhar junto ao Exército brasileiro, a partir de 1920²³. Tal perspectiva é reforçada no seguinte trecho:

²³ Outro aspecto significativo do processo modernista era a formação da aeronáutica militar, discutida no desenvolvimento dos quadros oficiais na Escola de Aviação que, por sua vez, desde 1918, já operava com

"Breve estará terminada a elaboração de todos esses textos organicos e, em 1921, a instrucção, ora em periodo de transição e, como tal, bastante irregular, poderá ser ministrada a todos os corpos segundo um modelo unico oriundo da experiencia de 1914-18, condicionada pelas contingencias do theatro sul-americano" (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 54*).

Quanto à revista *A Defeza Nacional* e sua posição pró-germânica, desde o posicionamento do Brasil na Primeira Guerra Mundial – declarando guerra à Alemanha – o tom de crítica à contratação de uma missão francesa vai se enfraquecendo, uma vez que não havia mais argumentos que pudessem sustentar uma reaproximação imediata entre os anos 1918 e 1920 de Brasil e Alemanha em termos militares. Também, por terem quadros simpáticos às suas bandeiras dentro da Escola Militar do Realengo onde a Missão Militar Francesa não atuaria – pelo menos até 1924 –, os colaboradores da revista passaram a ver os franceses sob um olhar mais generoso, inclusive vislumbrando de fato possibilidades de absorção do know-how de uma nação que saíra vencedora do maior conflito até então visto no ocidente. O primeiro artigo sobre a Missão Militar Francesa do periódico é de fevereiro de 1920, pouco antes da chegada de toda a missão. Para além da germanofilia, ou da crítica aos “atrasados” franceses, no que se via em 1914, os “jovens turcos” – já influentes no Exército e em particular na Escola Militar do Realengo – o artigo intitulado “A missão militar franceza no Brazil” demonstra uma receptividade que, anos antes, seria considerada inesperada, mas, dado o jogo de cintura dos franceses (houve, desde o início, estratégias de aproximação com os grupos germanófilos) e os desejos modernizantes brasileiros, as diferenças diminuíram consideravelmente. Tomando como referência o discurso de Gamelin sobre os propósitos da missão e sua intenção de manter o que já havia sido modernizado, o periódico tem registrado o seguinte:

"Interrogámos S. Ex., sobre sem na reorganisação projectada, seriam postos á margem todos os regulamentos do nosso Exercito, que são adaptações dos allemães.

- Não viemos desfazer o que está feito - respondeu-nos o general Gamelin... Comentando esta entrevista, disse o *Jornal do Brasil* de 1º de fevereiro: "Na arte da ha uma parte immutavel - a doutrina. Se o que existe nos regulamentos brasileiros, oriundos do allemão, é doutrina é cousa applicavel, que não foi destruida pela experiencia da grande guerra, nada ha que modificar" (*A Defeza Nacional*, n º 79, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1920, ano VII).

Enfim, os momentos compreendidos entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a chegada da Missão Militar Francesa ao Brasil representam um período de intenso debate

a presença da Missão Francesa de Aviação. Nesse relatório, a Missão Militar Francesa ainda não atuava no principal centro de formação dos oficiais, a Escola Militar do Realengo. Esta, por sua vez, vivia os dias da Missão Indígena e sua doutrina prussiana. Manteve-se assim até 1922 (quando em 05 de julho os alunos do Realengo se mobilizaram em prol dos revoltosos tenentistas do forte de Copacabana) e até então era exaltada pelo ministro da Guerra: "O nucleo preparador da officialidade continua sendo a Escola Militar do Realengo. É notavel o enthusiasmo com que ali se trabalha, quanto á efficiencia practica do ensino nesse estabelecimento, e quanto á pureza e á elevação do ideal que anima todos os esforços desenvolvidos por mestres e discentes" (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 59*).

que se caracterizou, de um lado, por uma mentalidade modernista daqueles que desejavam a reforma do Exército brasileiro e, de outro lado, a impossibilidade de modernizá-lo. Este modernismo de forte influência europeia – principalmente alemã e francesa –, contudo, não se limitou a apenas copiar um determinado modelo. Não seria possível, porque o militar brasileiro não é alemão, nem francês, bem como a experiência da instituição é singular. A escolha de fato levou em consideração tais fatores, não por ser uma decisão unilateral e sim por conjugar interesses comuns, mesmo que em determinadas circunstâncias a compreensão do processo fosse diferente para os sujeitos históricos envolvidos. As conclusões de Trevisan sobre as influências alemã e francesa no Exército brasileiro inspiram de fato estas ponderações, e, retomando a dicotomia de Canclini, nada mais evidente de se interpretar este processo de modernidade do Exército brasileiro pela distinção que há entre modernismo e modernização. O ideário do Exército, já na década de 1910, era preenchido com desejos modernistas, mas a modernização era efetivamente deficitária. A contratação dos franceses, em detrimento dos alemães²⁴, concretizava, no limite, aquilo que Canclini chamou de processo de hibridação, formando-se tanto a partir das expectativas mais “brasileiras” para a modernidade do Exército brasileiro, bem como na inspiração estrangeira menos estranha aos padrões nacionais – tanto na manutenção da ordem política do período, quanto nos avanços sem ruptura da hierarquia militar... isso até 1922.

Documentos:

Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Marechal José Caetano de Faria, ministro do Estado da Guerra, em maio de 1918 (Imprensa Militar; Estado-Maior; Capital Federal, 1918).

Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919 (Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919).

Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. (Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920).

Editorial de *A Defeza Nacional*, nº 8, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1914, ano I.

“Patriotismo ad hoc e germanophilismo. Embuste evidente. Nossa orientação inabalável” in *A Defeza Nacional*, nº 59, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1918, ano V.

“A missão militar franceza no Brazil” in *A Defeza Nacional*, nº 79, RJ, 10 de fev. de 1920, ano VII.

Arquivo: Biblioteca José Wasth Rodrigues (atualmente desativada), Centro de Documentação do Exército, Brasília – DF.

Bibliografia:

ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia*. (Coleção Pensamento Político, v. 72). Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BELLINTANI, Adriana Iop. *O exército brasileiro e a missão militar francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de doutorado em História (Universidade de Brasília – DF), 2009.

BERMAN, Marshall. *All that is solid melts into air*. Baskerville: Penguin Books USA, 1988.

²⁴ Ver TREVISAN, 1993: 400-402.

- CANCLINI, Néstor García. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. São Paulo: Iluminuras, 2008).
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- DOMINGOS NETO, Manuel e GOLDONI, Luis Rogério Franco “Tecnologia militar no Estado Novo” in DOMINGOS NETO, Manuel. *O militar e a ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.
- DOMINGOS NETO, Manuel. "Gamelin, o modernizador do Exército" in *Tensões Mundiais* (Revista do Observatório de Nacionalidades da Universidade Federal do Ceará). Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007.
- _____. “L’influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l’armée brésilienne (1889-1930)” in ROUQUIÉ, Alain (org.). *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. “Pela vinda da missão militar alemã ao Brasil” in *Anais das Jornadas de 2007*, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- MALAN, Alfredo Souto. *Missão militar francesa de instrução junto ao exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MOTTA, Jehovah. *A formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, 2006.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio... [et al.]; introdução geral: HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 9).
- RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.
- ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês: a França e a América Latina – cultura, política e identidade*. Brasília: UnB, 2005.
- TOPICK, Steven C. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na era dos Impérios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- TREVISAN. *As “obsessões patrióticas”; origens e projetos de duas escolas de pensamento político do exército brasileiro*. Tese de doutorado em Ciência Política (Universidade de São Paulo – SP), 1993.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

HISTÓRIA MILITAR

Ano III – nº. 07

Abril de 2012